



“MEU CORPO É MEU TERRITÓRIO”: POR UMA ABORDAGEM DO CORPO ENQUANTO TERRITÓRIO

Wilians Ventura Ferreira Souza ¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma nova possibilidade de interpretação e investigação geográfica a partir do corpo, sobretudo, do corpo de pessoas LGBTQIA+. Assim, estabelecemos um diálogo com as diferentes pesquisas e produções que vêm sendo realizadas no Brasil sobre a temática do corpo na geografia. Identificamos a partir desses estudos que o conceito de território vem sendo pouco trabalhado, dando ênfase, principalmente, para o conceito de espaço a partir das relações corpóreo-espaciais, entretanto, o território enquanto frações de disputas, conflitualidades, resistência e contra-resistência também se expressa e se materializa nos diferentes corpos sobre diferentes intencionalidades, dessa forma, apresentamos o corpo como território. Para alcançar o objetivo alvitrado realizamos um levantamento bibliográfico centralizado em algumas temáticas como corpo, espaço, território e diversidade sexual e de gênero, também aplicamos 7 entrevistas semiestruturadas a sujeitos LGBTQIA+ atuantes em movimentos socioespaciais e socioterritoriais do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Território; Corpo; Diversidade.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una nueva posibilidad de interpretación e investigación geográfica del cuerpo, especialmente el cuerpo de las personas LGBTQIA+. Así, establecimos un diálogo con las diferentes investigaciones y producciones que se han llevado a cabo en Brasil sobre el tema del cuerpo en la geografía. A partir de estos estudios identificamos que el concepto de territorio es poco trabajado, destacando, principalmente, el concepto de territorio de las relaciones corpóreas-espaciales, sin embargo, el territorio como fracciones de disputas, conflictos, resistencia y contrarrestación también se expresa y se materializa en los diferentes cuerpos sobre diferentes intenciones, de esta manera, presentamos el cuerpo como territorio. Para lograr el objetivo alvitrado, realizamos una encuesta bibliográfica centrada en algunos temas como el cuerpo, el espacio, el territorio y la diversidad sexual y de género, también aplicamos 7 entrevistas semiestruturadas a temas LGBTQIA+ activos en movimientos socioespaciales y socioterritoriales del Estado de São Paulo.

Palabras clave: Territorio; Cuerpo; Diversidad.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente/SP. wilians.ventura@unesp.br autorprincipal@email.com;



INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado dos três anos de pesquisa e investigação científica em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela diversidade sexual e de gênero no estado de São Paulo. O título deste artigo, “meu corpo é meu território”, exemplifica de forma assertiva o conteúdo que será aqui trabalho, isto é, o corpo como território. Para tal feito partimos de uma revisão bibliográfica em torno do conceito, bem como da aplicação de entrevistas semiestruturadas a sujeitos que compõem o movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais e assexuais).

O objetivo da pesquisa que nos estimulou a construir este artigo era investigar o surgimento, historicidade, dinâmicas espaciais, econômicas, políticas, espacialidades e territorialidades do Movimento LGBT de Presidente Prudente - SP, bem como analisá-lo a partir da abordagem socioespacial e socioterritorial desenvolvida por Fernandes (2008; 2009; 2012; 2020) e potencializada por Filho (2016; 2017), Silva (2018), Mizusaki (2017), Nascimento (2012), Sant’Anna (2017), Fernandes e Welch (2019), Pedon e Dalpério (2014), Vinha e Fernandes (2019) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2019).

Naquele momento da investigação foi identificado a partir das entrevistas semiestruturadas, uma série de questões que atravessavam a concepção rígida de território, assim como de outros conceitos amplamente utilizados pela ciência geográfica. Identificamos nas falas das pessoas entrevistadas alguns subsídios para a interpretação do corpo como território em disputa a partir das conflitualidades existentes em diferentes contextos socioespaciais em que pessoas LGBTQIA+ estavam inseridos.

O ponto em comum observado nas falas dos sujeitos se dava em torno da diversidade e das dificuldades dessas pessoas em ocupar determinados espaços da cidade e, também, dos diferentes conflitos estabelecidos a partir de seus corpos, sobretudo, em relação as travestis, transexuais e transgêneros e homens homossexuais que possuem uma *performance* mais afeminada.

Assim, este artigo tem como finalidade alcançar um aprofundamento das discussões e a consolidação de alguns objetivos e temas que perpassam a escala dos sujeitos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pela liberdade e diversidade sexual e de gênero, entretanto, o nosso enfoque girará em torno da escala do



corpo, entendendo-o como um território vivo que atravessa e é atravessado pelas relações e interações que se dão e se estabelecem nos diferentes espaços da cidade. Nosso olhar e busca se dará em torno de duas frentes: analítica e conceitual.

Este artigo está dividido em três seções: 1) Procedimentos metodológicos 2) O CORPO COMO TERRITÓRIO 3) O CORPO AINDA EM QUESTÃO: AS GEOGRAFIAS QUE SE FAZEM A PARTIR DAS HISTÓRIAS, SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES. Na seção um, evidenciaremos quais foram as metodologias adotadas para construirmos este artigo. Na seção dois, estabeleceremos um contato mais próximo e íntimo em torno do corpo como território. E, por fim, na seção três, exploraremos alguns aspectos das falas das pessoas entrevistadas (não utilizamos todos os recortes pela falta de espaço, entretanto, as entrevistas que corroboram para a temática foram mantidas) em relação aos seus corpos e a compreensão do corpo enquanto território.

METODOLOGIA

Para uma melhor fundamentação teórica e para o entendimento e aprofundamento de alguns conceitos, realizamos uma revisão bibliográfica em torno dos temas que circundam a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Os temas centrais foram: Movimentos Sociais, Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais, LGBTQIA+, Diversidade Sexual, Diversidade de Gênero, Movimento LGBTQIA+ organizado, Violência contra LGBTQIA+, Território, Territorialidade, Espaço, Espacialidade, Rede, Corpo, Corporeidades e Saúde. A revisão bibliográfica foi realizada através da pesquisa nas plataformas Minerva, Capes, Scielo, Athena, Google Acadêmico, Revistas Virtuais e Biblioteca Digital da USP. O levantamento bibliográfico, pesquisa documental e os espaços de discussões construídos em torno dos temas aqui expostos contribuíram significativamente para colorir a nossa discussão em torno do corpo enquanto conceito.

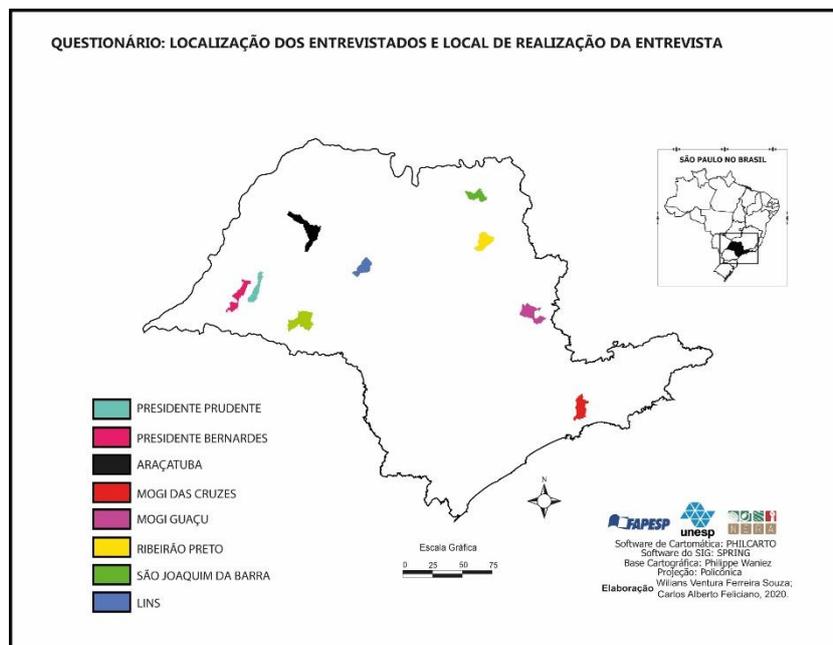
Para além do debate teórico em torno do levantamento bibliográfico, também aplicamos entrevistas semiestruturadas a militantes do Movimento LGBTQIA+ atuantes no estado de São Paulo. Foram entrevistadas sete pessoas que atuam em movimentos e coletivos que lutam pela liberdade de seus corpos e vidas atravessando os temas da diversidade sexual e de gênero.

Quadro 1 - Descrição dos entrevistados

Nome	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Idade
Entrevistado A	Homem Cisgênero	Homossexual	21
Entrevistado B	Homem Cisgênero	Homossexual	23
Entrevistada C	Travesti	Heterossexual	49
Entrevistado D	Homem Cisgênero	Homossexual	29
Entrevistada E	Mulher Transgênero	Bissexual	43
Entrevistado F	Homem Cisgênero	Homossexual	36

Organização: os autores, 2021.

Mapa 1 - Localização dos entrevistados e local de realização das entrevistas



Organização: Os autores, 2021.

Dessa forma, como expressam Brandão (1988) e Triviños (1987) as entrevistas semiestruturadas se apresentam como uma procedimento metodológico em potencial, já que evidencia as experiências de cada sujeito, ressalta opiniões e ideias acerca de determinados assuntos e nos ajuda a construir um caminho, avaliação e compreensão, ao mesmo tempo que repensamos as nossas práticas científicas, repensamos por estarmos realizando um trabalho coletivo junto com os movimentos socioespaciais e



socioterritoriais, junto com aqueles sujeitos que efetivamente mudam e transformam a realidade.

O CORPO COMO TERRITÓRIO

As práticas sociais densas de espacialidade, isto é, as práticas espaciais dos sujeitos LGBTQIA+, revela o medo contido a partir de diferentes imposições, ocupam, disputam e produzem o campo e a cidade a partir das relações dialógicas estabelecidas por meio de suas práticas sexuais. O corpo é político e um território em disputa a partir dos vários marcadores sociais imbricados em relações de poder, assim, o “estabelecimento dessa mesma conduta social conta com o suporte de uma série de instituições se traduz na perseguição e no combate à diversidade sexual e de gênero” (ASSUNÇÃO; 2018, p. 55).

Foucault (1988) demonstra que no Ocidente se formou uma ciência sexual que produz discursos de verdade sobre a sexualidade. Desta maneira, debater sexualidade e temas correlatos nos ajuda a entender a formação dos movimentos que lutam pela diversidade sexual e de gênero em diferentes escalas. Foucault (2001) compreende a sexualidade enquanto uma “*tecnologia de poder*”, o discurso em torno da sexualidade passa a exercer um poder sobrepujante e posicionar a heterossexualidade como padrão de normalidade, essa reflexão se inicia quando o autor ministra o curso *Os anormais* no *Collège de France* em 1974 e 1975, naquele momento Foucault (2001) construiu uma nova proposta por meio da abordagem da medicalização tratando inicialmente da sexualidade enquanto dispositivo e representação.

Acetta (2016), Aguião (2016), Amaral (2014), Louro (2020), Ornat (2008) Butler (2003) Bianor (2017) e Costa e Bernardes (2013) realizam um conjunto de discussões que nos permite entender a sexualidade não como um resultado unicamente biológico, mas, erigida a partir dos intercâmbios, relações, interações sociais, culturais e políticas, que se dão cotidianamente nos diferentes espaços e territórios ocupados por estes sujeitos.

Silva (2008), Silva e Ferreira (2017), Daniliauskas (2011) e Ornat (2008) entendem a binariedade, heteronormatividade e a cisnormatividade como imposições que naturalizam e tornam obrigatória a sexualidade vivida a partir dos seus imperativos e regras, tudo que foge do padrão e da norma é atacado de diferentes maneiras e



intensidades. A violência tem início na consciência desses sujeitos que passam a exercer a binariedade entre o ser homem e ser mulher, impondo parâmetros de comportamento, *performance* e vida (BUTLER, 2011), além de excluir qualquer outra possibilidade que esteja à margem do binário, da cisnormatividade e heterossexualidade (LANZ, 2014).

A política de Estado dotada de elementos contraditórios e antagônicos em torno dos temas da diversidade sexual e de gênero, exibem um dispositivo de controle e de poder sobre os corpos e as sexualidades. Dessa forma, os grupos conservadores constroem uma narrativa superficial e frágil em torno da diversidade existente e “colocam o corpo e a sexualidade em cena de modo extremamente conservador, combatendo todas as interpretações sociológicas, antropológicas e filosóficas do corpo” (CESAR; DUARTE, 2017, p. 144).

Os temas referentes ao gênero, a sexualidade e às diversidades em diferentes escalas, estão no centro de um debate que parece infundável, polêmico e minado: de um lado avançam as discussões em torno da multiplicidade de sujeitos e maneiras de experienciar suas sexualidades, do outro lado vê-se um retrocesso e uma tentativa de (re)naturalizar o corpo, sexo e o desejo. O contexto histórico está montado e o embate principal se dá sobre temas polêmicos e que inflam opiniões como a ideologia de gênero que silencia o trabalho das educadoras em torno das transversalidades dos conteúdos trabalhados nos espaços de formação (MOIZÉS; BUENO, 2010).

O artigo desenvolvido por Campos e Silva (2020) contribui significativamente para a discussão do corpo enquanto espaço geográfico a partir da análise dos casos de mulheres vítimas de violência sexual.

Campos e Silva (2020) demonstram que as mulheres vítimas da violência sexual, ao lembrarem do ato inseriam elementos e construíram suas narrativas muito próximas de seus corpos, assim, ao invés de focalizarem no espaço onde ocorreu a violência (casa, praça, espaço público, etc.), davam maior centralidade para o corpo violado, evidenciando que “o corpo, trazido nas narrativas femininas como espaços íntimos, poderiam ser alicerçados na ciência geográfica”. O corpo não deve somente ser entendido como um produtor de espaço material, mas também, como um espaço em si, que é vital, móvel e relacional (pois interage com os diferentes espaços e territórios, bem como com outros corpos).

A desconstrução da ideia do sujeito sem gênero, sexo, desejo, rosto, idade, entre outros recortes, possibilitou o surgimento de uma potente vertente na geografia, capaz



de construir teorias, análises e leituras a partir do corpo que é generificado, sexualizado e racializado, esses recortes fazem parte das relações, portanto, são extracorpóreos, já que extrapolam os limites do corpo e impactam nas relações humanas.

A noção do conceito e categoria de gênero é compreendida a partir das interações e relações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo composto de heterogeneidades e especificidades espaciais, territoriais, culturais e políticas. Para Butler (2003; 2005), gênero não algo dado, fixo, ou construído, mas sim, um conjunto de informações que se relacionam com o corpo e com o espaço produzindo significado e conflitualidades que dão sentido e atribuem valores específicos para determinadas práticas, comportamentos e performances.

Beauvoir (2000) em seu livro “segundo sexo” foi uma das primeiras autoras a questionar a concepção construída em torno dos sujeitos como universais e neutros, ela argumentou que no mundo social existem aquelas pessoas que ocupam uma posição “não específica”, que não possuem marcações (sexual, racial, religiosa), portanto, são posições presumidamente universais, entretanto, ao mesmo tempo existem aqueles sujeitos que são marcados pela sua diferença, é como se estivessem presos a determinadas especificidades, especificidades essas que o posiciona como o outro/diferente.

Scott (1994) enseja um debate importante acerca das categorias e das marcações ou marcadores sociais designados a determinados sujeitos, o surgimento de uma análise a partir de um outro ângulo, isto é, que incluísse as próprias categorias como classe, trabalhador, cidadão, homem e mulher, possibilitou o surgimento das teorias de gênero.

Este corpo que possui gênero, cor, idade, sexualidade, etc. é analisado na geografia a partir de sua materialidade, assim, “as características corporais como tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, a sexualidade fazem diferença nas experiências espaciais das pessoas e também afetam como nós interpretamos e somos interpretados” (CAMPOS; SILVA, 2020, p. 105).

Os corpos são compreendidos por Pile (1996) como um espaço que negocia com outras escalas, assim, podem sofrer processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. As diferentes normas circunscritas nos espaços (heteronormatividade, heterossexismo, cismatividade, etc.) agem e impactam incessantemente os corpos que margeiam essas estruturas e sistemas (os corpos de



LGBTQIAP+ por exemplo), essa relação não é passiva tendo em vista que ocorre uma disputa, ainda que simbólica.

Podemos, assim, ampliar o grupo ou sujeitos sociais analisados e tornar inteligível que a violência também impacta lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais, dada violência se territorializam nesses diferentes corpos em diferentes intensidades e maneiras (EFREM FILHO, 2016; 2017; 2018).

O conceito de território adotado neste artigo, por sua vez, como expressa Fernandes (2012), Saquet (2009), Raffestin (1993) Haesbaert (2004) e Gonçalves (2001), ainda que haja diferenças entre essas concepções, se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um sujeito sintagmático (aquele que realiza um programa) em qualquer nível, os territórios se movimentam, se transformam e se fixam sobre o espaço geográfico, as relações e as conflitualidades estabelecidas de acordo com as intencionalidades dos sujeitos revelam as suas territorialidades e, posicionam o espaço como um *a priori* e o território *a posteriori*, o espaço é perene e o território intermitente, o espaço é a essência necessária para a produção das relações, o território, por sua vez, é disputado, tem-se o conflito e a altercação, é a vinculação ao poder e ao domínio visível, ou não.

O artigo desenvolvido por Fernandes (2009) contribui significativamente para a compreensão das tipologias de territórios, bem como as conflitualidades e os processos relacionais que se dão em diferentes escalas, dada leitura auxiliará a compreensão pretendida em torno do corpo como território.

Fernandes (2009) ressalta que o estudo sobre a diversidade de territórios não é algo novo no campo da ciência geográfica, assim, podemos tomar esses estudos como referências, além de estabelecer uma íntima correlação com a diversidade territorial que produz a multiterritorialidade.

Discutir sobre a transformação do território enquanto um *fashion concept* não é o nosso objetivo, entretanto, é sempre importante dizer de que território falamos e a partir dessa elucidação estabelecer correlações com as experiências territoriais dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa. Assim, como aponta Santos (2002), o território é o lugar em que as relações se dão e se estabelecem, se manifestam também os poderes, os saberes, as paixões, as forças, fraquezas, ou seja, onde os sujeitos então



manifestam suas existências, assim, “a geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar” (SANTOS, 2002, p. 9).

Os territórios também são entendidos como espaços de governança, sendo possível observar na falas dos sujeitos uma realidade e relação inseparável, o corpo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgênero, queer, intersexuais, assexuais e pansexuais não somente ocupam os espaços, como também transformam os espaços em territórios e o seu corpo como território. Para algumas dessas pessoas, governar e gerenciar o seu corpo é sinônimo de plenitude, tendo em vista que muitas delas foram constantemente violadas pelas suas famílias, pelo sistema educacional, pelo sistema prisional, pelo sistema de saúde pública, etc.

É importante delimitarmos que a utilização do conceito de território como espaço de governança em diferentes escalas (transnacional) e, portanto, transterritorial, não está sendo descartada deste trabalho, mas como aponta Fernandes (2009, p. 199), “partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos outros tipos de territórios, fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais”.

As disputas territoriais acontecem em diferentes escalas, aqui abordaremos a escala da luta a partir da organização política e social dos sujeitos que compõem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, assim, o conceito de território é entendido como uma totalidade e multidimensional, em que suas conflitualidades se estabelecem no território material (o corpo como território) e também imaterial (as conflitualidades em torno da ideologização do corpo generificado e sexualizado).

Os tipos de territórios, ideia construída por Fernandes (2009) e potencializada por outros autores como Ceceña (2007) e Palau (2007), evidenciam a necessidade de pensarmos os territórios para além dos espaços de governança, afinal, seria o corpo também um espaço de governança? Assim, amplia-se as possibilidades e se redimensiona a escala das conflitualidades e disputas, principalmente, a partir da ideia do corpo como território.

Os sujeitos sociais disputam e, portanto, produzem os seus próprios territórios, assim, a desterritorialização significa a destruição do próprio sujeito. Quando uma travesti quase que como um grito de guerra diz que seu corpo é seu território, o que ela está querendo nos dizer, se não que a sua existência depende da existência do seu corpo tal como ele é.



O CORPO AINDA EM QUESTÃO: AS GEOGRAFIAS QUE SE FAZEM A PARTIR DAS HISTÓRIAS, SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

Realizamos entrevistas semiestruturadas, com sujeitos de diferentes cidades do estado de São Paulo, que possuem diferentes ocupações e experiências com a causa e a luta LGBTQIA+, dessa forma, acreditamos ter alcançado importantes resultados que só foram atingidos graças a dedicação e contribuição dos sujeitos que participaram da pesquisa, bem como ao apoio e trabalho coletivo.

Durante essa etapa, construiremos uma redação que melhor exprima as considerações durante a aplicação das entrevistas semiestruturadas, dessa forma, as opiniões convergem em alguns momentos e em outros se distanciam, tornando a nossa construção e leitura sobre os temas ainda mais rica.

O entrevistado A é um homem branco, cisgênero, homossexual, integrante do Grupo SOMOS LGBTI+ de Presidente Prudente – SP e um dos organizadores da Parada LGBT da cidade do ano de dois mil e dezenove, construída a partir do tema “se a nossa existência te incomoda o problema está em você, SOMOS contra a LGBTfobia”. Além de participante ativo das lutas e causas LGBTs do município, ele também integra um coletivo de discussão e produção científica reconhecido como Laboratório de Geografia e Biogeografia (BIOGEOS) onde realiza uma pesquisa sobre saúde LGBT.

Um dos elementos mais difíceis de ser homossexual para o entrevistado A é passar por momentos de extrema dificuldade em silêncio, falar sobre o primeiro beijo, sobre a primeira relação ou sobre qualquer outra forma de afetividade quando se é LGBT é um verdadeiro ato de coragem, ultrapassar essa etapa e revelar de fato a sua identidade é um processo extremamente difícil dependendo de onde se está. Ele revela que sempre passou por essas etapas de conhecimento, reconhecimento e aceitação sozinho, vivenciou e suportou esses momentos em silêncio, pela falta de oportunidade e de espaço para falar de temas relacionados à sua sexualidade.

A sexualidade dos sujeitos, envolve como aponta Louro (2000, p. 90) “geração, raça, nacionalidade, religião, classe, etnia “. Todas essas esferas em constante diálogo e relação, moldam os sujeitos, construindo a partir de suas vivências e experiências espaciais diferentes formas de enxergar e apreender o mundo que lhes é apresentado.



Sobre a construção de espaços menos desiguais e violentos, pergunto sobre a opinião dele em relação às políticas públicas e os instrumentos de combate à violência e ao preconceito vividos pela população LGBTQIA+ brasileira, ele relata e faz uma retrospectiva a partir das políticas públicas criadas, sobretudo, durante o governo Lula, ressalta os avanços na área da saúde, acredita que as políticas poderiam ser potencializadas através de uma atuação em rede efetivada entre os municípios, estados e regiões, pois o caminho ainda é muito longo.

O entrevistado B é homem branco, cisgênero, homossexual, candomblecista, morador da cidade de Paraguaçu Paulista – SP no interior de São Paulo que possui em torno de 44.000 mil habitantes, sua história pode ser cruzada com dezenas de outras histórias de luta e busca pela construção de espaços mais diversos.

Diferentemente de muitos lares, o entrevistado B teve um processo de reconhecimento e aceitação mais tranquilo do que boa parte dos LGBTQIA+ brasileiros, sua família o aceitou e acolheu a sua orientação sexual, essa atitude possibilita uma melhor experiência e suporte em um dos momentos que é primordial na vida, o momento de assumir e tornar legítimo quem de fato se é. É importante observamos que as disputas e os embates travados nos corpos desses sujeitos acontecem de diferentes formas e intensidades, em relação ao entrevistado B, mesmo sua família o aceitando ele vivencia problemas no mercado de trabalho e em espaços de socialização e lazer.

A entrevistada C é travesti, tem 49 anos de idade, heterossexual, branca, candomblecista e residente da cidade de São Joaquim da Barra – SP que possui aproximadamente 50.000 mil habitantes. A sua história possui uma série de detalhes relevantes para a construção em torno das ações dos movimentos, sobretudo, a Parada LGBTQIA+ de São Joaquim da Barra - SP, já que participa ativamente da construção dessas ações e representa uma importante liderança.

A entrevistada C nos conta sobre o seu processo de (re)conhecimento e aceitação, relata que o seu gênero biológico é tido como masculino, mas sempre se comportou e reconheceu com o gênero feminino, isto é, sempre apresentou um comportamento e uma *performance* feminina. A partir dos 12 anos de idade parou de cortar os cabelos, aos 14 anos começou a trabalhar para comprar suas roupas femininas, seus pais sempre tentaram impor roupas masculinas na tentativa de forçar um



comportamento masculino, mas ela sempre se identificou como uma criança travesti, portanto, adotava um comportamento compatível com a sua identidade de gênero.

Fica explícito a partir da fala da entrevistada C como os sistemas de regulação atuam sobre o seu corpo (território) objetivando desterritorializar a sua representação e vontade. Entende-se por sistemas de regulação da sexualidade, a educação, religião, cultura, economia, todos desempenham papéis essenciais na construção dos arranjos da sexualidade. Portanto, a sexualidade deve ser compreendida como um fenômeno social, político, cultural, etc. que se constrói a partir das relações e das trocas desempenhas entre o ser (território) e os espaços ditos anteriormente, a partir deste momento, ela é apreendida sob diferentes formatos.

O entrevistado D é um homem cisgênero, tem 29 anos, homossexual, casado, morador de Araçatuba – SP, que possui uma população de aproximadamente 180.000 mil pessoas, é presidente da AGENDDA (Associação, Gênero, Diversidade, Direitos e Afetividade) de Araçatuba – SP.

Quando o entrevistado D foi expulso de casa só recebeu apoio de sua ex-cunhada que o abrigou e o acolheu durante o tempo necessário para se estabilizar e procurar outros caminhos, assim, recorda desse momento com muita gratidão e afeto, principalmente, por ter sido a única pessoa a aceitar naquele momento a sua sexualidade.

A entrevistada E é uma mulher transexual, branca, bissexual, solteira, católica, tem 43 anos e reside no município de Presidente Prudente – SP. Ativista pelo movimento LGBTQIA+ de Presidente Prudente – SP, ativista pela causa dos animais e pelas pessoas com deficiência, compreende que ser LGBTQIA+ é ser uma pessoa especial no sentido das percepções e da sensibilidade.

Relata que o seu processo de conhecimento e transição foi um pouco complicado, ressalta que não foi aceita pelos seus pais, já que saiu de casa *performando* o gênero masculino e voltou com características entendidas socialmente como femininas.

Quando entramos no tema das dificuldades enfrentadas no dia a dia pela sua identidade de gênero e orientação sexual, ela relata que a maior dificuldade sentida desde que realizou o processo de transição e se aceitou, foi o de estabelecer relações afetivas, de encontrar alguém, entende que o seu caso é ainda mais complicado e agravado pela deficiência visual, ressalta que as pessoas ainda possuem muitas



dificuldades em assumir um relacionamento fixo com uma pessoa trans, relembra também os problemas de âmbito acadêmico, do trabalho, da família, etc.

P: Você se sente limitado(a) com relação ao uso/utilização dos espaços na cidade por conta da sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sim, quais espaços?

E: Olha eu procuro não fazer, não aplicar esse tipo de olhar para que ele realmente não me limite, eu procuro me olhar como uma pessoa que tem os mesmos direitos de uma pessoa cisgênero e que eu posso ocupar todos os lugares e aí eu acho que, é claro que no cenário geral para as pessoas trans todas o espaço é bem reduzido, eu acho que o que faz diferença toda nisso é a “**passibilidade**” né, se você tem uma passibilidade satisfatória, ou seja, **se você é uma trans que não aparenta ser trans** você vai ter um acesso muito mais livre nos espaços, se você é uma pessoa trans com características de transgêneros é a restrição é bem maior, então como eu tenho essa passibilidade bastante convincente eu sofro menos esse bloqueio que é direcionado para os transgêneros. (ENTREVISTADA E)

Raffestin (1993) compreende o território como frações do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação o sujeito territorializa o espaço. Da mesma forma o corpo humano pode ser lido como um espaço onde se criam relações de poder a partir de diferentes intencionalidades e possibilidades, ao mesmo tempo que o corpo é espaço também é território, em alguns momentos menos evidente, em outros mais evidentes. “Se você é uma trans que não aparenta ser trans você vai ter um acesso muito mais livre nos espaços”, a fala da entrevistada E, relata de forma muito didática os conflitos estabelecidos no/pelo e através do corpo, a sociedade carrega normas e padrões de comportamento e sexualidade e tentam incessantemente territorializar cada item inserido na receita da cisnormatividade, da heterossexualidade e da binariedade, sendo assim, observa-se um verdadeiro embate, que em alguns casos pode culminar na morte desses sujeitos.

A entrevistada E faz o uso do termo “*passibilidade*”, a “*passibilidade*” é a possibilidade que uma pessoa tem de se passar ou *performar* o gênero que assume ter, entretanto, essa forma de conceber o gênero e a sexualidade é um tanto quanto problemática e pode ser lida também como uma violência, já que os parâmetros que avaliam esses corpos são baseados em valores heteronormativos e cisgênero, logo, o corpo de uma mulher transgênero que mais se aproxima do corpo de uma mulher cisgênero será menos violado ou menos percebido ou entendido como um corpo dissidente e subversivo, o quadro contrário estabelece diferentes barreiras e imposições,



principalmente, contidas no campo da violência e dos processos de violação que atingem em cheio a população de pessoas Ts (travestis, transexuais e transgêneros).

A notícia veiculada pelo Diário do Nordeste relata a morte de uma adolescente trans, que foi assassinada com pauladas, socos e chutes no município de Camocim – CE. A violência que atinge a população LGBTQIA+ é uma violência marcada pela brutalização, são crimes que cruzam a fronteira do “inexplicável”, isto é, são inexplicáveis os números de facadas, tiros, golpes, objetiva-se com a violência não somente retirar a vida dos sujeitos, mas destruir o que aquele corpo representa e carrega.

O entrevistado F é um homem cisgênero, 52 anos, branco, solteiro, homossexual, católico, de nível superior e morador da cidade de Santo André – SP. Foi um dos primeiros participantes de uma das Paradas de grande expressão no país, a Parada LGBT de São Paulo – SP, além da Parada de São Paulo, ele se dedica na construção de outras Paradas em outras cidades, dando um enfoque para a Parada de Santo André – SP.

Durante a sua trajetória e o seu desenvolvimento pessoal o entrevistado F vai se entendendo como homossexual e os acontecimentos da vida o fazem se posicionar diante dessas dificuldades e circunstâncias. Ele reconhece dois principais momentos, o primeiro momento na juventude (anos 80) em que era muito difícil ser LGBT no Brasil, no entanto, já se reconhecia como tal, e o segundo momento em 2004 quando de fato se assume a partir de um caso de brutal violência contra uma colega transexual.

O entrevistado declara que não se sente limitado com relação a utilização dos espaços da cidade, no entanto, ressalta novamente que isso se dá pela sua capacidade de se passar como um homem heterossexual, ele relata que “eu acabo quebrando paradigmas, aqui na cidade de Santo André – SP, você tem que estar a cada momento ocupando os espaços, para que pessoas LGBTs possam estar usufruindo dos espaços, teatros, exposições, etc”. (ENTREVISTADO F, 2021).

Eu fui espancado pela minha família a vida inteira de diversas formas, eu já cheguei a ser espancado na rua por um amigo que descobriu que eu era gay, aí ele me agrediu fisicamente, eu passei por situações hiper desagradáveis, já chegou ao ponto de eu estar com o namorado, com uma pessoa, e aí chegar a pessoa e botar a gente para fora, eu passei por situações de constrangimento quando eu estava com meu namorado, nós vivemos numa sociedade que não aceita você estar com uma pessoa do seu mesmo sexo, agora violência psicológica no meu trabalho eu acabo sofrendo constantemente, isso é constantemente, você tem que aguentar umas brincadeiras e em determinado momento você tem que se colocar e responder à altura, mas é muito



complicado quando você se torna sozinho, você para de ter a visão de que você pode ter isso ou pode ter aquilo e o poder público não quer que você avance, não quer que você seja reconhecido, isso acaba te jogando de volta para o gueto né. (ENTREVISTADO F, 2021).

A partir dessas falas e da construção deste artigo é possível observar que as profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas com a consolidação de conquistas sociais representada pela constituição de 1988, possibilitou uma aproximação cada vez mais potente e legítima com as desigualdades presentes em nosso país, compreendidas por nós, pela luta de classes, tão evidente e presente nos espaços. Entretanto, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) “a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade”, as intersecções se fazem presentes em diferentes espaços da cidade, representadas pela participação de mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dedicamos a nossa discussão em torno do corpo a partir da utilização e aplicação do conceito de território, a partir de diferentes leituras, partimos para a compreensão do corpo como uma escala geográfica de atuação política, mas também ora como espaço (socioespacial), ora como território (socioterritorial), exercendo o que Fernandes (2012) coloca em sua leitura feita a partir desses conceitos.

Os territórios estão contidos nos espaços, logo, todo movimento socioterritorial é também socioespacial, os corpos ocupam uma dimensão da realidade, todos os corpos ocupam uma dimensão espacial da realidade, como também atuam de forma política na defesa de seus corpos assumindo-os como territórios particulares. O corpo, como apresentado por Silva e Ferreira (2017), é biológico e social, onde se materializam um conjunto de sentimentos e emoções. Ele é um instrumento que sente os espaços, por ele entramos, os reflexos do nosso pensamento podem ser percebidos em nossos corpos.

O que constrói os corpos? A casa, a escola, a universidade, a igreja, a rua, etc. São espaços, onde existem testamentos contendo normas e regras que ditam a forma, o conteúdo e a intensidade das relações e que relações devem e podem ser percebidas e estabelecidas ali. Evidentemente, estamos falando de um espaço marcado por normas heterossexuais, patriarcais e brancas.



Podemos compreender o corpo como um importante componente do espaço geográfico, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas corporificadas e generificadas. Como aponta Barbosa (2017, p. 70), “os corpos são interpretados a partir de uma aparente naturalização que se objetiva de inúmeras formas, produzindo uma ordem que institui o mundo social”.

As experiências espaciais desempenhadas por corpos contra-heteronormativos, subversivos e dissidentes são permeados pela violência indireta e direta, que pune e fere a integridade daquele corpo. No entanto, é necessário identificarmos de que corpo estamos falando. Os símbolos presentes nos mais variados corpos são lidos pela sociedade de duas maneiras, como símbolos masculinos e femininos. Portanto, aqueles corpos que fogem do padrão cis-heteronormativo, são potenciais vítimas do preconceito.

É evidente, portanto, que o corpo possui uma característica intrinsecamente biológica, no entanto, ressaltamos que este mesmo corpo é capaz de se transformar ou ser transformado por processos históricos, sociais, culturais e geográficos, materiais e imateriais, dotados de escala, de relação, de composicionalidade, elementos presentes na totalidade do espaço. Assim “assim, o corpo humano é um projeto inacabado, que a cada instante nos transforma em outro” (ALVES, 2010, p. 71).

As corporeidades não se limitam somente a uma relação entre os corpos e o espaço, as corporeidades transcendem essa relação, assim, ela possibilita o crescimento de sentidos e significados e, assim, possibilita o surgimento de novas estruturas. Fica explícito para Lima (2015) a possibilidade de ler e interpretar a partir de um olhar geográfico as relações corpóreas-espaciais, isto é, quais corpos ocupam determinados espaços, pelo que lutam, o que provocam a partir do abalo de algumas estruturas (sejam elas materiais ou ideológicas), entre outras questões que servem para dar subsídio a uma leitura tão marginalizada e evitada, é importante lembrarmos que pensar o corpo, é pensar a própria vida e tudo que nos afeta e afetamos.

Tendo o corpo como território de subversão onde se produz ruptura da cisheteronormatividade, o modelo que predomina na sociedade atual gera impedimentos no que se refere a efetivação de políticas públicas que visam assegurar os direitos aos sujeitos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, postos constantemente à margem da sociedade, ou melhor, fora da margem. Em contrapartida, mesmo diante dessas



dificuldades, as políticas asseguradas para essa população traduzem o reconhecimento de que a identidade de gênero e a orientação sexual são condicionantes sociais que deflagram uma série de situações.

REFERÊNCIAS

AGUIAO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cad.Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.279-310

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

AMARAL, Julião Gonçalves. **LUTAS POR RECONHECIMENTO E HETERONORMATIVIDADE NAS UNIVERSIDADES**, um estudo sobre os coletivos Universitários de Diversidade Sexual do Brasil. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ALVES, Natália Cristina. **A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente - SP**. 2010, 94 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e tecnologia (Campus Presidente Prudente), 2010.

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252255, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 2011.

BIANOR, M. O. **Reconhecimento das identidades de gênero sob uma perspectiva de direitos humanos: um ensaio sobre as identidades trans**. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 1 (Fatos e mitos).

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

COSTA, B. P.; BERNARDES, Antônio. **MICROTERRITORIALIZAÇÕES HOMOAFETIVAS NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP: O LAZER NOTURNO E AS RELAÇÕES DE INTERFACE**. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 10, p. 30, 2013.



CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017.

CAMPOS, Mayã Polo; SILVA, Joseli Maria. “Teu corpo é o espaço mais teu possível”: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **ANPEGE [online]**. 2020, v. 16, n.31, pp.101-114. ISSN 1679-768X.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. Territorialidad de la dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA). Buenos Aires: **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica**, 2007.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do programa Brasil Sem Homofobia. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade da Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **CADERNOS PAGU**, v. 46, p. 311-340, 2016.

FERNANDES, B. M. A Ocupação como forma de acesso à terra. In: XXIII, **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 2001, Washington – DC, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais (PUCSP)**, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, E. & ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, B.M. Peasant Movements in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2020.

"FERNANDES, B. M; WELCH, C. A. “Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil”. **Landscape Research**. V.44, 2019. p. 1-16."

FILHO, J. S. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE**



ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

FILHO, J. S. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 13-38, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

HALVORSEN, S. FERNANDES, B. M. TORRES, D. ‘Mobilising Territory: Socioterritorial movements in comparative perspective’, **Annals of the American Association of Geographers**. 2019. p. 1454–1470.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LANZ, Letícia. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. “Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças”. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

LIMA, Elias Lopes. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. **Revista de Geografia**, v. 5, p. 1-11, 2015.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando 'novos' personagens entram em cena. **REVISTA NERA (UNESP)**, v. 20, p. 39-59, 2017

NASCIMENTO, E. C. do. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos**. 2012. 399 f. Tese (Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

ORNAT, Marcio. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural (UEPG. Impresso)**, v. 2, p. 309-322, 2008



ORNAT, M. J. **Territórios da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

PRECIADO, P. Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PILE, Steve. **The body and the city: psychoanalysis, space and subjectivity**. New York: Routledge, 1996.

PALAU, Tomás Tadeo et al. **Los refugiados del modelo agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007;

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, H. C. G. M. **Sobre lonas e lutas: Análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST na região de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016)**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SANT'ANNA, L. M. Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 211-230, 2017.

SILVA, J. M. A CIDADE DOS CORPOS TRANSGRESSORES DA HETERONORMATIVIDADE. **Geo UERJ**, Ano 10, n. 18, v. 1, 16 p. 2008.

SILVA, M. J; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 13-31.

SCOTT, Joan W. “Prefácio a gender and politics of history”. **Cadernos Pagu**, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.